Há quase 10 anos, as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) chegaram ao centro das atenções, quando a CPI dos Fundos de Pensão expôs casos graves de má alocação de recursos e arranhou a reputação de todo o sistema. O relatório da CPI, divulgado em abril de 2016, trazia um impressionante e detalhado levantamento de vários casos de maus investimentos e problemas de governança, que prejudicaram sobremaneira os participantes e assistidos das entidades envolvidas. A crise teve efeitos concentrados em poucas fundações patrocinadas por empresas estatais, mas os prejuízos foram tão expressivos que contaminaram a opinião pública, lançando sobre todo o segmento dos fundos de pensão um injusto sentimento de desconfiança.

Paradoxalmente, aquele episódio serviu como ponto de inflexão. A supervisão mudou de escala e a governança desse setor avançou de forma consistente.

A partir dali, as grandes fundações passaram a adotar processos seletivos mais técnicos em resposta a indicações políticas, além de buscarem uma profissionalização de seus quadros. Em paralelo, a Previc revisou sua forma de supervisionar, substituindo uma lógica de checklists baseados em regras pelo modelo mais moderno da Supervisão Baseada em Risco (SBR). Isso permitiu calibrar o foco, com maior intensidade exatamente onde o risco sistêmico é maior, ao lado de um acompanhamento educativo e preventivo onde o risco é menor.

(Continua …)

***Diretor-Presidente da Vivest e membro do Conselho Deliberativo da Abrapp. Artigo publicado originalmente no site da Revista Investidor Institucional.**

Clique aqui para ler o artigo na íntegra.

Fonte: Abrapp em Foco, em 23.12.2025.